



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 2 • nº 15 • 21 a 27/08/2005 • ISSN 1809-6182

Análise:

26/08/2005 – Novo acordo sobre redução da emissão de CO₂ x Protocolo de Kyotop.01

Um novo acordo sobre redução da emissão de dióxido de carbono (CO₂), apesar das declarações em contrário das partes signatárias, é encarado como uma alternativa ao Protocolo de Kyoto, em vigor desde fevereiro de 2005.

Resenhas:

22/08/2005 – Reunião do G-8 e outras reuniões marcam agenda do resto do anop.04

A Reunião do G-8 em Gleneagles, Escócia, marca uma gama de debates a serem tratados até o final do ano. O presidente rotativo dessa reunião, Tony Blair, estabeleceu como temas prioritários a mudança climática e a ajuda à África.

25/08/2005 – Prazo final da constituição iraquiana é adiado mais uma vezp.07

Depois de não conseguirem finalizar a constituição iraquiana dentro do prazo estabelecido, líderes iraquianos atrasam o dia da entrega do documento.

Novo acordo sobre redução da emissão de CO₂ x Protocolo de Kyoto

Análise
Economia e Comércio / Desenvolvimento

Bárbara Gomes Lamas
26 de agosto de 2005

Um novo acordo sobre redução da emissão de dióxido de carbono (CO₂), apesar das declarações em contrário das partes signatárias, é encarado como uma alternativa ao Protocolo de Kyoto, em vigor desde fevereiro de 2005.

Um novo acordo sobre redução de emissão de dióxido de carbono (CO₂), que deverá ter o nome de Parceria Ásia-Pacífico para Desenvolvimento Limpo e Clima (*Asia-Pacific Partnership for Clean Development and Climate*), foi anunciado, durante o Fórum Regional da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), pelos Estados Unidos, China, Índia, Coreia do Sul, Japão e Austrália, no final de julho de 2005. O anúncio ocorreu poucos dias depois do encontro do G-8, grupo que conta com os sete países mais industrializados do mundo mais a Rússia, em Gleneagles, Escócia, em que se discutiu, entre outras coisas, o problema do aquecimento global¹.

Os detalhes deste novo acordo ainda não foram divulgados, mas ele versa sobre o desenvolvimento e transferência de tecnologia limpa, de forma a satisfazer as necessidades de energia – que aumentam, junto com o crescimento econômico –, ao mesmo tempo em que se exploram maneiras de reduzir a intensidade da emissão de gases, entre eles o CO₂, gás liberado pela queima de óleo mineral, carvão e gás, que, acredita-se, contribuem para o efeito estufa. Os seis países signatários constituem, atualmente, 45% da população mundial, e são responsáveis

por quase 50% da emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa, 48% do consumo de energia e 49% do produto interno bruto (PIB) mundial, conforme estatísticas publicadas pela ONU (Organização das Nações Unidas), pelo governo australiano e pelo Banco Mundial.

Um dos pontos altos do acordo, segundo seus signatários, seria o fato de se basear na idéia de que a solução para os problemas de aquecimento global reside na mudança tecnológica e de que os países em desenvolvimento não devem ser poupados de qualquer custo decorrente de políticas que visem a reduzir a emissão de CO₂. Por meio dele se estabelece o compromisso de se transferir tecnologia limpa para os países em desenvolvimento, como, por exemplo, estações de energia carbonífera de baixa emissão de CO₂, de forma que a redução deste gás seria conseguida, sem a imposição de metas e sem prejudicar a economia de nenhum dos países e, ainda, envolvendo grandes países em desenvolvimento, como Índia e China, que são grandes emissores de dióxido de carbono. Por esta razão o pacto Ásia-Pacífico seria mais justo e eficaz do que o Protocolo de Kyoto, que, em fevereiro de 2005, entrou em vigor depois

da ratificação da Rússia e passou a incidir sobre mais de 140 países.

Em direção oposta a que apontam os críticos, aqueles que defendem o acordo Ásia-Pacífico afirmam que este não deve ser considerado uma alternativa ao Protocolo de Kyoto, mas, sim, uma complementação. O Protocolo de Kyoto prevê a redução das emissões de CO₂ e outros gases causadores do aquecimento global a níveis 5,2% inferiores aos registrados em 1990, o que deveria ser alcançado no período entre 2008-2012. Inicialmente se pensou em determinar cotas de emissão de gases para cada país, o que quer dizer, em outras palavras, que, para manter o crescimento econômico e a crescente demanda por energia, dever-se-ia, como já se explicitou em análises anteriores, fazer investimentos em tecnologia limpa, substitutiva das fontes de energia fóssil, bem como substituir equipamentos antigos que, apesar de continuarem em condições de uso, emitam gases que contribuam para o efeito estufa. Neste sentido, o novo acordo pode ser útil, uma vez que prevê o desenvolvimento e a transferência de tecnologia limpa.

Conforme declarações de oficiais estadunidenses, a parceria Ásia-Pacífico seria uma ótima oportunidade para se estabelecer um sistema para ajudar a países emergentes a produzir energia mais limpa e desacelerar o aumento de emissões de gases que contribuem para o aquecimento global, especialmente derivados de combustível fóssil. Assim, o pacto complementaria o Protocolo de Kyoto, na medida em que não invalidaria suas decisões, mas, ao contrário, acrescentaria disposições.

Ao mesmo tempo, é importante que países em desenvolvimento sejam envolvidos no processo de redução de emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa. Segundo o economista W. David Montgomery, em declaração ao jornal estadunidense *The Washington Post*, os

países industrializados devem ser ultrapassados no total de emissão de gases pelos países em desenvolvimento nas próximas décadas, de forma que, em 2025, mais da metade das emissões globais seriam provenientes destes países. Pelas disposições do Protocolo de Kyoto, os países menos industrializados não seriam obrigados a reduzir a própria emissão de dióxido de carbono – uma das razões por que Estados Unidos e Austrália não ratificaram o Protocolo –, o que poderia ser considerado uma questão de justiça: em primeiro lugar, não seria justo impor os custos pelo aquecimento global àqueles que menos contribuíram para que ele acontecesse; depois, os países em desenvolvimento já se encontram em posição desprivilegiada no que se refere à produção de riqueza, e muitos se encontram com altas taxas de desemprego e outros problemas socioeconômicos. Qualquer custo extra, como o desenvolvimento de novas tecnologias, poderia agravar estes problemas, aumentando ainda mais a desigualdade social mundial.

Ainda assim, não se pode deixar que os países em desenvolvimento sigam o mesmo curso dos países industrializados. Uma vez identificadas as emissões de dióxido de carbono como provável causa do aquecimento global – e tendo em vista os problemas que pode causar, como derretimento do gelo polar, elevação dos níveis dos mares e aumento do poder destrutivo dos furacões –, deve-se cuidar para que elas sejam reduzidas, e isto envolve também a participação dos países menos desenvolvidos. Neste sentido, um acordo que transfira tecnologia limpa para estes países seria não só benéfico para seu desenvolvimento como também ajudaria na promoção dos objetivos do Protocolo de Kyoto.

Percebe-se, assim, que os dois acordos são, em seus propósitos, totalmente compatíveis. Quando se trata de sua operacionalização, no entanto, a situação é diversa. O novo acordo é totalmente

voluntário e totalmente baseado em transferência de tecnologia, com nenhuma meta de redução de emissão de gases. Como os maiores produtores de carvão são, segundo a OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), China, EUA, Índia e Austrália, um acordo firmado entre eles dificilmente trataria da redução da produção e da utilização do carvão como fonte energética – o máximo que se conseguiria seria uma forma mais limpa de queimá-lo. Neste sentido, nada garante que a tecnologia produzida e transferida seja suficiente para reduzir as emissões de dióxido de carbono a um nível aceitável, ponto crucial para o Protocolo. Segundo um representante da organização não-governamental *Worldwide Fund for Nature*, “um acordo sobre mudanças climáticas que não impõe limites à poluição é o mesmo que um plano de paz que permita que armas sejam disparadas”. Isto é, o acordo garantiria a exportação de tecnologia, mas o impacto esperado sobre a alteração climática não aconteceria.

Outra questão não resolvida pelo acordo baseado na boa vontade de seus participantes diria respeito a sua efetividade, isto é, como fazer com que suas decisões sejam cumpridas pelos signatários. Esta também é uma crítica corrente ao Protocolo de Kyoto, mas ele ainda prevê um mercado de carbono – aqueles que não utilizassem sua cota de emissão de dióxido de carbono poderiam vender parte dela para aqueles que a tivessem extrapolado –, o que não só conferiria racionalidade para o processo de redução de CO₂, como também criaria incentivos econômicos para desenvolvimento de tecnologias limpas. Existe ainda a possibilidade de se vincular as decisões do Protocolo à Organização Mundial do Comércio, que já tem um órgão de solução de controvérsias e um sistema de sanções desenvolvidos, como visto na análise “[Protocolo de Kyoto entra em vigor](#)”. O acordo Ásia-Pacífico, por outro lado, não prevê nem metas de

redução de emissão de dióxido de carbono a serem atingidas e nem mecanismos de sanção ou outro instrumento alternativo para aqueles que não cumprirem com suas determinações. Isto torna os custos de aderir a ele menores do que os de adesão ao Protocolo. Com isso, corre-se o risco de ter o Protocolo de Kyoto esvaziado, incentivando a migração de seus signatários para o novo acordo. E isto seria um retrocesso no que diz respeito às questões de mudança climática e aquecimento global.

Referência

[BBC News](#)

[Hindustan Times](#)

[Tech Central Station](#)

[The Washington Post](#)

[The Washington Times](#)

Ver também:

22/08/2005 - [Reunião do G-8 e outras reuniões marcam agenda do resto do ano](#)

18/03/2005 - [Protocolo de Quioto: Mercado de Carbono \(Análises\)](#)

18/03/2005 - [Protocolo de Quioto: Origem \(Análises\)](#)

02/12/2004 - [Protocolo de Kyoto entra em vigor \(Análises\)](#)

¹ Ver resenha “Reunião do G-8 e outras reuniões marcam agenda do resto do ano”

Reunião do G-8 e outras reuniões marcam agenda do resto do ano

Resenha
Segurança / Economia e Comércio / Desenvolvimento

Wesley Robert Pereira
22 de agosto de 2005

A Reunião do G-8 em Gleneagles, Escócia, marca uma gama de debates a serem tratados até o final do ano. O presidente rotativo dessa reunião, Tony Blair, estabeleceu como temas prioritários a mudança climática e a ajuda à África.

A Reunião do Grupo dos Oito (G-8) realizada na cidade escocesa de Gleneagles, Reino Unido, entre 6 a 8 de julho do presente ano, teve como agenda principal a ajuda à África e questões referentes às mudanças climáticas. Mas outros itens também foram palco de debates, como a ajuda às vítimas das *Tsunamis* em dezembro de 2004, preços do petróleo no mercado internacional, negociações comerciais, paz no Oriente Médio, combate ao terrorismo, proliferação de armas nucleares e a questão AIDS.

O Grupo dos Oito não é uma organização internacional, isto é, não faz parte de um acordo internacional e constitui um mecanismo de governança informal criado pelos países industrializados. Suas decisões são formuladas de acordo com compromettimentos políticos entre seus membros. Desse grupo participam chefes de Estado e de governo uma vez por ano, para discussões globais num sistema de presidência rotativa. Outros ministros em áreas particulares também se reúnem periodicamente nos moldes do G-7 ou G8.

A origem desse grupo tem início na década de 1970. Nessa época dois problemas assolavam a economia global como o fim da paridade ouro-dólar (1971) e o primeiro choque do petróleo (1973). A

fim de lidar com esses problemas, os países mais ricos e industrializados de então se organizaram em reuniões anuais a partir de 1975, sempre no país que ocupasse a presidência rotativa do grupo. Estados Unidos, Japão, Alemanha Ocidental, França, Reino Unido e Itália (Grupo dos Seis - G-6) se reúnem em Rambouillet, França, em 1975, para discussões na área da economia e finanças internacionais. No ano seguinte, em São José, em Porto Rico nos EUA o Canadá foi integrado ao Grupo dos Seis que passou a se configurar em Grupo dos Sete (G-7). Em 1977, a Comunidade Européia foi adicionada às suas reuniões sem, no entanto, alterar o nome G-7.

A Rússia começou a se reunir informalmente com o grupo em 1991 e na Reunião de 1994, em Nápoles, Itália, o G-7 passou a dialogar com Moscou no formato P-8 (*Political 8*). Esse formato implicou para a Rússia atuar como membro apenas nas discussões sobre política externa. Entretanto, na reunião de Denver, EUA, em 1997, a Rússia também passou a atuar nas questões da agenda internacional, sem, no entanto, tomar parte das discussões a respeito da economia e finanças internacionais, se configurando no atual Grupo dos Oito (G-8).

O G-7 ainda existe e reuniões dos ministros das finanças dos seus países

membros são feitas quatro vezes ao ano para reverem suas políticas econômicas e fazerem as projeções da economia mundial. Em três dessas reuniões há a presença dos presidentes de seus bancos centrais. Em 2 de junho de 2005, os ministros das finanças do G-7 concordaram em anular a dívida externa dos 18 países mais pobres do mundo. Destes 14 são da África (Benin, Burquina Fasso, Etiópia, Gana, Madagascar, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, Ruanda, Senegal, Tanzânia, Uganda e Zâmbia). A dívida destes países com os membros do G-7 é de US\$ 40 bilhões.

Os três dias de discussões do G-8 tiveram, apesar dos problemas decorrentes dos ataques terroristas em Londres no segundo dia de reunião, grandes implicações internacionais como a confirmação do fim da dívida externa por parte dos países do G-8, através de seus créditos com o FMI, o Banco Mundial e com o Banco de Desenvolvimento Africano. Também houve o compromisso dos países desenvolvidos de dobrar sua ajuda à África até 2010. Kofin Annan, secretário-geral da ONU, agradeceu aos membros do G-8 por tal compromisso, ou seja, isso significa que em cinco anos o valor de assistência ao continente alcançará US\$ 50 bilhões.

Em sua ajuda, o G-8 dará ênfase na área de educação e de saúde com medidas específicas sobre as epidemias de malária, AIDS e a pólio.

Nessa reunião do G-8 foram convidados a participar os representantes de Brasil, China, África do Sul, México e Índia e algumas organizações internacionais. Foi marcado, para novembro, no Reino Unido, um novo diálogo entre o G-8 e os cinco países citados (uma espécie de G-5) para discussão de muitos dos temas da reunião de julho do G-8.

O Brasil, representado por seu presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, e ministros, defendeu maior estabilidade e previsibilidade na economia internacional.

Também defendeu-se uma maior cooperação norte-sul contando com trabalhos em vista de uma distribuição eqüitativa e globalizada da renda. Além disso, o país possui uma agenda concernente ao meio ambiente e o fim dos subsídios agrícolas tanto dos EUA quanto da União Européia.

No documento final (The Gleneagles Communiqué), havia receio por parte tanto do governo de Tony Blair quanto de Organizações Não-Governamentais (ONGs) ambientalistas que se sucedesse dois comunicados sobre mudanças climáticas. Haja vista que, de um lado, os EUA não se convenceram acerca da argumentação do efeito estufa como decorrente da emissão de gás carbônico (CO₂) enquanto que, por outro lado, estavam presentes os sete membros que são signatários do Protocolo de Kyoto. Diante dessa situação, o G-8 assumiu uma postura de flexibilidade no assunto com discussões posteriores do mesmo. Mas após a reunião de Gleneagles, o governo de Tony Blair propôs medidas aos grandes países causadores do efeito estufa, mesmo os EUA não aceitando as argumentações científicas sobre o aquecimento global.

Foi discutida a retirada do exército israelense tanto da Cisjordânia quanto da Faixa de Gaza. Tal atitude, segundo o G-8, poderia revitalizar o plano de paz proposto pelo Quarteto (EUA, Rússia, União Européia e ONU).

Como visto, o G-8 tenta abarcar um grande número de questões da agenda internacional e para isso estabelece alguns mecanismos e instituições para atingir seus objetivos. Podemos citar a segunda edição do Fórum para o Futuro, 11 e 12 de dezembro de 2005, em Bahrein, fórum esse que se tornou o centro de discussões da Proximidade do Oriente Médio e Norte da África (BMENA, em inglês). O BNEMA foi um acordo criado na Reunião do G-8 de 2004, em Sea Island, EUA, para dar

apoio às reformas política, social e econômica dos países dessa região.

Outro instrumento criado pelo G-8 foi a Parceria Global (*Global Partnership*), uma iniciativa contra a propagação de armas e materiais de destruição em massa. Iniciativa essa acordada na reunião do G-8 de 2002, em Kananaskis, no Canadá, para fornecer fundos para programas de não-propagação da herança nuclear, química e biológica da antiga União Soviética e dos países que a formavam.

Nos próximos meses haverá grandes debates correlatos à agenda discutida em julho. Entre os dias 14 a 16 de setembro de 2005, em Nova York, EUA, haverá a Reunião das Nações Unidas para a Revisar das Metas do Milênio. E em dezembro ocorrerão duas reuniões: Fórum para o Futuro e a Sexta Conferência Ministerial da OMC, em Hong Kong, China. Reuniões estas que se relacionam ao que foi discutido em Gleneagles pelo G-8.

O governo de Tony Blair, segundo Patrick Wintour, correspondente chefe de política do *The Guardian*, em 10 de agosto de 2005, mostra preocupação em relação aos cumprimentos estabelecidos no mês de julho quando da reunião do G-8. Seu governo está percebendo uma falta de progresso em relação ao que será discutido na VI Conferência Ministerial da OMC em Hong Kong, em dezembro, sobre o acesso a mercados aos países africanos frente aos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos.

Em 01 de janeiro de 2006 a presidência rotativa do G-8 passará pela primeira vez em sua história para a Rússia e a reunião será em Moscou. A presidência de 2007 estará a cargo da Alemanha.

Referência

Africa Monitor: Southern Africa. Volume 10, Issue 8, August 2005. G8 Agrees US\$40bn. Disponível em [EBSCO](#), acessado em 17 de agosto de 2005.

TACHINARDI, Maria Helena. G-7: a evolução da agenda em **23 cúpulas. Política Externa**, São Paulo, v.6, n.2, p.104-114, set./nov.1997

Sites:

[BBC Brasil](#)

[BBC News](#)

[Departamento de Estado dos Estados Unidos](#)

[Programa Internacional de Informação do Departamento de Estado dos EUA \(USINFO\)](#)

[Folha Online: Reunião do G-8](#)

[Fórum para o Futuro: Bahrein 2005](#)

[G-8: presidência da Grã-Bretanha 2005](#)

[G-8: presidência da Rússia em 2006](#)

[Página do Canadá sobre o G-8](#)

[Terra Notícias: Especial G-8 2005](#)

[The Guardian](#)

Ver também:

03/06/2004 - [Retirada de Gaza: momentos decisivos para Ariel Sharon](#)

02/12/2004 - [Protocolo de Kyoto entra em vigor](#)

03/06/2005 - [Avaliação Ecológica do Milênio e as discussões sobre bens e serviços ambientais](#)

19/08/2005 - [Começa a retirada israelense dos territórios ocupados](#)

26/08/2005 - [Novo acordo sobre redução da emissão de CO₂ X Protocolo de Kyoto](#)

Prazo final da constituição iraquiana é adiado mais uma vez

Resenha
Segurança

Ana Flávia Lima Teles
25 de agosto de 2005

Depois de não conseguirem finalizar a constituição iraquiana dentro do prazo estabelecido, líderes iraquianos atrasam o dia da entrega do documento.

A primeira constituição democrática iraquiana está sendo criada depois da expulsão de Saddam Hussein. O país tem sido governado por leis transicionais administrativas desde março de 2004. O prazo final para o término do documento seria dia 15 de agosto, prazo que já foi adiado para o dia 22 de agosto e agora prorrogado novamente para o dia 25.

Com o intuito de estabilizar a situação do Iraque, assim como o de reduzir a coalizão liderada, o presidente estadunidense George W. Bush tem pressionado os líderes iraquianos para terminar a constituição até a data prevista.

São muitos os motivos que tornam difícil um acordo acerca da constituição. Opiniões, histórias e interesses diferentes separam os iraquianos. O país é dividido entre iraquianos xiitas no sul, iraquianos sunitas na parte central do país e curdos no norte, sendo que cada grupo possui diferenças marcantes entre si. Além disso, oficiais estadunidenses têm se envolvido no processo da criação da constituição, tentando incluir os princípios liberais democráticos.

Um dos obstáculos à criação da constituição é sobre o controle do petróleo. A maior parte do combustível

fóssil iraquiano é localizada no norte curdo e no sul xiita. Os povos dessas regiões querem um governo provincial para conservar uma boa parte da receita petrolífera. Já os sunitas, das regiões centrais e do oeste, onde a concentração do fóssil é menor, reivindicam um governo central para o controle da receita.

Outro ponto sensível é sobre o papel do islamismo; ainda não se chegou a um acordo acerca de quando seria permitido ao clero participar na Suprema Corte e o quanto de autoridade eles deveriam ter na resolução de disputas familiares, como divórcio ou herança. As mulheres iraquianas temem que, com as leis islâmicas, elas venham a perder seus direitos já assegurados com a constituição anterior.

Outro assunto turbulento é a insatisfação entre líderes sunitas, que foram excluídos das deliberações. Líderes xiitas e curdos alegam que deixaram os sunitas de fora do processo da constituição por estes serem muito inflexíveis. Os sunitas boicotaram as eleições em janeiro, que tinham a autoridade para aprovar o documento. Os sunitas alegam que se não forem incluídos, a constituição será derrotada. Eles constituem cerca de 20% da população iraquiana.

Os sunitas têm adotado uma postura



inflexível na concessão da autonomia das áreas majoritárias xiitas. Eles são a favor de um governo mais centralizado. Líderes xiitas estão pressionando para a criação de uma região autônoma no sul do Iraque. Os curdos, por sua vez, estão reivindicando mais poder, com o intuito de formalizar a autonomia que eles têm tido no Iraque desde 1991.

Referência

[Folha Online](#)

[The New York Times](#)

[Washington Post](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Bárbara Gomes Lamas; Carolina Andressa Lima; Carolina Dantas Nogueira; Fernanda Assunção Soares; Jéssica Naime; Rafaella Arruda Melo Pereira; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

